

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
A Administração da Tempo Participações S.A. ("Tempo Assist" ou "Companhia") submete à apreciação dos seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

**VISÃO GERAL DA TEMPO ASSIST E DO MERCADO DE ATUAÇÃO**  
A Tempo Assist tem por objeto social e a participação em sociedades que atuam em gestão de soluções para empresas e pessoas nos mercados de seguros e benefícios assistenciais, ligados à vida, saúde, patrimônio e serviços correlatos.  
A Tempo Assist é uma prestadora de serviços líder em administração de planos de saúde e assistência especializada, e uma das líderes em planos odontológicos no mercado brasileiro. Cada um de seus negócios administra redes de prestadores pulverizadas e de abrangência nacional com mais de 40.000 prestadores de serviços especializados. A Tempo Assist presta serviços a aproximadamente 20.000.000 de beneficiários por meio de clientes corporativos, seguradoras, farmácias de grupo e entidades governamentais.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA**  
As ações da Tempo Assist estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, no segmento do Novo Mercado da BOVESPA e a Tempo Assist está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem no Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social.

**NOSSO CENÁRIO SOBRE O DESEMPENHO**  
No fim de 2011, a Tempo Assist concluiu mais um ano de grandes avanços, ratificando sua posição de liderança nos mercados de Saúde e Assistências no país.  
Em 2011 a Tempo Assist anunciou crescimento de 12,5% e 38,3% no Lucro Líquido do 4º Trimestre de 2011 em relação ao ano de 2010 e do 4º Trimestre de 2010, respectivamente. A continuidade de seu ciclo de crescimento permitiu à Companhia expandir sua Receita Operacional em 9,2%. Este desempenho aliado à forte geração de caixa operacional da Companhia permitiu à Administração propor distribuição recorde de recursos a seus acionistas no montante de R\$ 75 milhões.

Em observância às disposições regulamentares, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, autorizando a sua divulgação.  
**RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**  
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM nº 381/03, declaramos que ela não prestou outros serviços para a Companhia além daqueles relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, com exceção da contratação de serviço de apoio na definição de competências dos profissionais da Tempo, considerando as competências essenciais e de liderança, horários correspondentes os quais, representaram um percentual menor do que 5% dos respectivos honorários relacionados com a contratação de serviços de auditorias externas para o mesmo período.  
Barueri, 29 de março de 2012.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	13	149	2.443	4.042	Provisões técnicas (Nota 13)	-	-	36.048	33.496
Aplicações financeiras (Nota 6)	2.209	-	168.173	165.200	Fornecedores (Nota 14)	1.815	1.043	33.772	25.577
Contas a receber (Nota 7)	-	-	77.888	77.115	Repessas a pagar	-	-	38.702	38.245
Repessas a receber (Nota 8)	-	-	55.339	47.706	Partes relacionadas (Nota 21.2)	51.449	25.236	-	-
Créditos tributários e previdenciários (Nota 9)	524	2.515	68.252	58.031	Contratos de arrendamento mercantil	-	-	335	496
Estoques de medicamentos	-	-	1.797	-	Imposto de renda e contribuição social	-	-	331	20.869
Créditos por aquisição de controlada (Nota 31)	-	-	-	48.088	Outros impostos e contribuições (Nota 16)	566	661	17.297	13.579
Outros ativos	527	654	8.599	13.258	Empréstimos (Nota 19)	-	-	7.248	-
	<u>3.273</u>	<u>3.318</u>	<u>382.491</u>	<u>415.115</u>	Obrigações com pessoal e encargos sociais (Nota 15)	4.987	5.191	15.608	15.931
					Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	858	46.151
<b>Não circulante</b>					Adiantamentos de clientes	-	-	2.852	3.616
Realizável a longo prazo	-	-	35.875	23.673	Demais contas a pagar (Nota 18)	9.060	5.587	11.305	10.073
Impostos diferidos (Nota 22)	-	-	-	-		<u>67.877</u>	<u>37.718</u>	<u>164.086</u>	<u>208.213</u>
Outros ativos	2.627	2.841	3.136	5.014	<b>Não circulante</b>				
Dividendos a receber (Nota 21.2)	4.351	-	-	-	Provisões técnicas (Nota 13)	-	-	89	42
Depósitos judiciais	-	-	11.725	13.201	Provisão para contingências (Nota 20)	510	7	36.369	41.653
Partes relacionadas (Nota 21.2)	<u>20.818</u>	<u>10.487</u>	<u>-</u>	<u>41.888</u>	Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	721	773
	<u>27.796</u>	<u>13.328</u>	<u>50.736</u>	<u>41.888</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital	596	-	596	-
Adiantamentos para compra de investimentos	-	-	96	96	Outros impostos e contribuições (Nota 16)	1.907	2.095	30.792	17.790
Investimentos (Nota 10)	334.274	303.396	3.556	-	Contratos de arrendamento mercantil	-	-	259	374
Intangível (Nota 11)	7.587	8.215	94.458	98.403	Provisão para passivo a descoberto (Nota 10)	3.013	2.102	68.839	63.235
Imobilizado (Nota 12)	7.427	8.723	11.055	11.106					
	<u>349.288</u>	<u>318.334</u>	<u>109.165</u>	<u>109.605</u>	<b>Patrimônio líquido (Nota 23)</b>				
	<u>377.084</u>	<u>331.662</u>	<u>159.901</u>	<u>151.493</u>	Capital social	534.463	534.067	534.463	534.067
					Reservas de capital	14.022	11.553	14.022	11.553
					Ações em tesouraria adquiridas por controlada	(57.642)	(36.942)	(57.642)	(36.942)
					Prejuízos acumulados	(181.376)	(213.518)	(181.376)	(213.518)
						<u>309.467</u>	<u>295.160</u>	<u>309.467</u>	<u>295.160</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>380.357</u>	<u>334.980</u>	<u>542.392</u>	<u>566.608</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>380.357</u>	<u>334.980</u>	<u>542.392</u>	<u>566.608</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas controladores					
	Reservas de capital		Ações em tesouraria		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	De ágio	Outorga de ações	adquiridas por controladas		
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	534.067	412	11.521	(20.403)	(242.083)	283.514
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.565	28.565
Efeito reflexo de compra de ações em tesouraria por controladas (Nota 10)	-	-	-	(16.539)	-	(16.539)
Prêmio acumulado de opções de ações, líquido (Nota 21.1(c))	-	-	(380)	-	-	(380)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>534.067</u>	<u>412</u>	<u>11.141</u>	<u>(36.942)</u>	<u>(213.518)</u>	<u>295.160</u>
Aumento de capital	396	-	-	-	-	396
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.142	32.142
Efeito reflexo de compra de ações em tesouraria adquirida por controladas (Nota 10)	-	-	-	(20.700)	-	(20.700)
Reversão do efeito reflexo de compra de ações em tesouraria por controlada, por meio de redução de capital (Nota 10(c))	-	-	-	(19.461)	-	(19.461)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	19.461	-	19.461
Prêmio acumulado de opções de ações, líquido (Nota 21.1(c))	-	-	2.469	-	-	2.469
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>534.463</u>	<u>412</u>	<u>13.610</u>	<u>(57.642)</u>	<u>(181.376)</u>	<u>309.467</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. INFORMAÇÕES GERAIS:** A Tempo Participações S.A. (a "Tempo", "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, denominadas como "Grupo") atuam em gestão de soluções para empresas e pessoas nos mercados de seguros e benefícios assistenciais, ligados à vida, saúde, patrimônio e serviços correlatos, sendo seus negócios divididos em quatro segmentos: (a) Soluções em Saúde; (b) Odontologia; (c) Assistência Especializada e (d) Seguro Saúde. A Tempo é uma sociedade anônima com sede em Barueri, Estado de São Paulo, listada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pela Comissão de Administração em 28 de março de 2012. (a) Segmentos - (i) Soluções em Saúde - A Tempo oferece, por meio da Gama Saúde Ltda. ("Gama Saúde"), da ConnectMed-CRC Consultoria, Administração e Tecnologia em Saúde Ltda. ("ConnectMed-CRC"), Electiva Saúde Gerenciada Ltda. ("Electiva") e a Med-Lar Interações Domocilares Ltda. ("Med-Lar"), prestação de serviços de administração de planos de saúde para empresas privadas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogeradoras, oferecendo: (i) acesso às redes credenciadas de prestadores de serviços; (ii) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (iii) serviços de administração de cuidados especializados. (ii) Odontologia - As subsidiárias da Tempo são a Assistência Odontológica Ltda. ("Prevodonto") e Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Odonto Empresas") oferecem prestação de serviços de operação de planos odontológicos para empresas, associações e grupos de pessoas fidelizadas (*affinity groups*) e para pessoas físicas. (iii) Assistência especializada - Por meio de sua subsidiária USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS"), a Tempo oferece prestação de serviços de assistência especializada, oferecendo serviços remunerados com base em taxa fixa mensal, de assistência especializada, dentre eles: (i) serviços para veículos, inclusive assistência em estradas e substituição temporária de veículos; (ii) assistência em viagens, tais como assistência médica, repatriação e assistência em caso de extravio de bagagens; (iii) serviços de emergência doméstica, oferecendo serviços de encanadores, eletricitistas e chapeiros; e (iv) serviços pessoais, como assistência funerária e em acidentes. (iv) Seguro Saúde - A Companhia também opera no segmento de seguros saúde, majoritariamente atendendo clientes empresariais na modalidade de pré-pagamento através da subsidiária Tempo Saúde Seguradora S.A. ("Tempo Saúde"). (b) Ambiente regulatório - As controladas Tempo Saúde, Gama Saúde, Prevodonto e Odonto Empresas são Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPPs") e compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades e emissões políticas de comercialização e de prestação de serviços em conformidade com as normas financeiras e contábeis. A Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009, alterada pelas Resoluções Normativas nºs 243 e 274, de 16 de dezembro de 2010 e 30 de outubro de 2011, respectivamente, dispõe sobre os critérios de operação para as OPS devendo manter no que se refere ao valor mínimo de patrimônio líquido ajustado e margem de solvência necessário para a suas operações. Em 31 de dezembro de 2011, as controladas Gama Saúde, Prevodonto, Odonto Empresas e Tempo Saúde, reguladas pela ANS, estavam em conformidade com o requerido acima. A Tempo Saúde é registrada na ANS como seguradora especializada em saúde. A Coligada Multicare Consultoria e Administração de Recursos em Saúde Ltda. ("Presdental") possui registro provisório na ANS na modalidade de medicina de grupo e Gama Saúde (Multicare) possui registro provisório na modalidade de medicina de grupo. A Prevodonto, Oralgold Planos Odontológicos S.A. ("Oralgold") e Odonto Empresas já receberam autorização da ANS para funcionamento na modalidade de odontologia de grupo e a Presdental Assistência Odontológica Empresarial S.A. ("Presdental") possui registro provisório na mesma modalidade. No que diz respeito à controlada ConnectMed - CRC, desde 13 de maio de 2010 a mesma encontra-se com o registro na ANS cancelado, pois a ANS suspendeu o regulamento de funcionamento das atividades de comercialização e de prestação de serviços em conformidade com o disposto no artigo 2º da Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009, alterada pelo encerramento do regime especial de Direção Fiscal e Técnica na Odonto Empresas. Adicionalmente, a coligada Presdental está em processo de direção fiscal pela ANS, sem que haja nenhum impacto para a Tempo. Com relação aos requerimentos contábeis previstos pela ANS, a mesma passou a exigir, a partir de 2011, que para a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados ("PEONA") nos primeiros 12 (doze) meses de operação ou até que haja a aprovação da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: (a) 9,5% (nove virgula cinco por cento) do total de contraprestações odontológicas nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou; (b) 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido do segmento odontológico. Devendo ser observado também a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 (um trinta e seis avos) do valor calculado. Em virtude da metodologia de cálculo, as operadoras classificadas em modalidade de grupo, apresentem um contrato de operação de grupo devendo constituir

# Tempo Participações S.A.

## seus resultados



Soluções em Saúde,  
Odonto e Assistências.

www.tempoassist.com.br

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.7. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no circulante. Caso contrário, estão apresentadas no não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo líquido líquido, deduzido do imposto de renda e contribuição social e incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.23. Apuração do resultado** - As receitas compreendem o valor presente dos serviços prestados e são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando da efetiva prestação dos serviços. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas do Grupo. A receita decorrente dos prêmios ganhos é registrada, considerando-se o período de cobertura do risco, de acordo com as condições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser futuro. A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é registrada, conforme requerido pela Instrução Normativa nº 32, pelo valor integral cobrado pelo prestador no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação por transmissão, direta ou indireta por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Por fim, caso a data em que ocorre o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não planos), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. As demais receitas e despesas são registradas contabilmente em regime de competência. O lucro líquido atribuível ao acionista controlador corresponde à integralidade do lucro líquido apurado para os exercícios apresentados.

**2.24. Reconhecimento de receita:** (i) **Reconhecimento de contraprestações emitidas de contratos de seguros** - As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Para contratos de investimento, a Companhia não reconhece os prêmios recebidos no resultado do exercício, utilizando o método de contabilidade de depósito aplicável para ativos e passivos financeiros. (ii) **Recetas de prestação de serviços** - As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado do exercício conforme os serviços são prestados a terceiros e pelo período de competência. **2.25. Repasses e reembolsos de despesas** - Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos da rede credenciada. Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados. Caso a Tempo assumira esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma bruta, uma vez que essa empresa atua em situação de risco e de efetiva gestão das operações, que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada. Dentre os fatores de risco que determinaram a necessidade de a Companhia apresentar de forma bruta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência à saúde (aplicável para Gama Saúde), temos: "a regulamentação da ANS, que em certos casos, ao tratar do repasse, dispõe que se trata da formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pré-estabelecido"; \* ser a Gama Saúde legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede credenciada; \* ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Gama Saúde; \* a Gama Saúde não ser uma mera agenciadora; \* o cliente corporativo da Gama Saúde não mantêm qualquer relação jurídica direta com a rede credenciada; a Gama Saúde é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório. Adicionalmente, entre os fatores de risco que determinaram a necessidade de a Companhia apresentar, de forma bruta, os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência emergencial (aplicável para USS), temos: \* riscos operacionais, uma vez que a contratação dos prestadores de serviço é realizada pela própria USS, sem qualquer participação do cliente; \* de crédito, uma vez que o prestador de serviço pode demandar o pagamento de seus serviços diretamente da USS, podendo, inclusive, desconhecer a existência da figura do repasse e o próprio cliente da USS; \* de responder por perdas e danos causados aos segurados na execução da prestação dos serviços de assistência especializada, dado que a USS é vista pelo seu cliente e pelo próprio segurado, neste caso à luz do disposto no Código de Defesa do Consumidor para o exercício de 2011. A adoção anterior de normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). \* IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao valor presente do benefício definido líquido. A Administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. \* O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. \* O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. \* O IFRS 12 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 12 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso de valor contábil ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O IAS 28 está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. \* O IAS 28 (revisado em 2011) - "Coligadas e Controladas em Conjunto (Joint Ventures)", requer que controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11. O Grupo está avaliando o impacto total do IAS 28. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão eventuais perdas a seguir: (a) **Perda (impairment) estimada do ágio** - Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em projeções de fluxo de caixa descontado. (b) **Ativos Intangíveis - relacionamento contratual com o cliente** - Conforme mencionado na Nota 2.9(b), as relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. O valor registrado leva em consideração premissas de renovação da carteira de clientes, são suportados pelo seu comportamento histórico. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. (c) **Provisões técnicas** - As controladas do grupo sujeitas a regulamentação da ANS (Gama Saúde, Tempo Saúde, Odonto Empresas e PrevdoNet), usam de estimativas atuariais para calcular provisões técnicas (TPSI) e provisões técnicas (TPSA) e a Provisão para Demissão (Nota 2.15). (d) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros** - A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza controles de informação interna para minimizar os riscos disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações (vide política contábil divulgada na Nota 4.1(d) e (e) sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação).

**4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1. Fatores de risco financeiro e de seguro** - Em decorrência de suas atividades, a Companhia e suas controladas assumem riscos inerentes às suas operações relacionadas com mercado, legislação em vigor, reputação, premissas atuariais, sistema operacional e de gestão, solvência, crédito, liquidez, oscilações de moeda, utilização de operações de avál, fianças, garantias, entre outros, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do País. O monitoramento dos mencionados riscos encontra-se sob a responsabilidade dos administradores da Companhia e de seus controladas, a partir da adoção de políticas de gestão de risco que visam a minimização dos seus efeitos, cuja utilização, todavia, não garante a completa eliminação dos fatores de risco inerentes a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas. Na atividade de administração de planos de saúde, é recebida uma taxa pelos serviços que são prestados, não havendo exposição a risco e eventuais aumentos na frequência ou severidade das ocorrências. Na atividade de operação de planos odontológicos, o risco é limitado à frequência dos serviços que presta, sendo que à sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações. Com relação à atividade de seguro, o risco é limitado à frequência de sinistros, sendo que a sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações. Com relação a oferta de seguro de saúde, a Companhia está exposta tanto ao risco de frequência como risco de severidade. (a) **Risco de mercado** - (i) **Risco cambial** - A Tempo e suas controladas, exceto pela Gama Saúde, não atuam internacionalmente e não estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de outras moedas. O contrato vinculado a outra moeda que não o Real firmado pela Gama Saúde com o cliente internacional não é representativo no contexto dessas demonstrações financeiras consolidadas e não trazem impactos e riscos cambiais para o Grupo. (ii) **Risco de volatilidade no preço das ações** - O risco de exposição à mudanças no preço das ações é irrelevante em razão da política de investimentos em CDB e quotas de fundos, os quais são substancialmente representados por títulos públicos federais. (iii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** - A Companhia está sujeita ao risco de taxas de juros, dada política e o montante aplicado em investimentos remunerados a curto prazo. (b) **Risco de crédito** - A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seu investimento em instituições de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. (c) **Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Tempo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Tempo para assegurar que a Tempo possui liquidez suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém um estoque livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 31) a qualquer momento. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Tempo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano (iii)			
Em 31 de dezembro de 2011 (i) (ii)				
Partes relacionadas			51,449	
Demais contas a pagar			9,060	
Em 31 de dezembro de 2010 (i) (ii)				
Partes relacionadas			25,236	
Demais contas a pagar			5,587	
			<b>Consolidado</b>	
	Menos de um ano (iii)	Entre um e dois anos (iii)	Entre dois e cinco anos (iii)	Total
Em 31 de dezembro de 2011 (i) (ii)				
Provisão de sinistro a liquidar (Nota 13)	10,187	-	-	10,187
Repasses a pagar	38,702	-	-	38,702
Contratos de arrendamento mercantil	335	13	-	348
Empréstimos	7,248	-	-	7,248
Contas a pagar por aquisição de controlada	858	721	-	1,579
Adiantamentos de clientes	2,852	-	-	2,852
Demais contas a pagar	11,305	-	-	11,305
Em 31 de dezembro de 2010 (i)				
Provisão de sinistro a liquidar	14,531	-	-	14,531
Repasses a pagar	38,245	-	-	38,245
Contratos de arrendamento mercantil	496	360	14	870
Contas a pagar por aquisição de controlada	46,151	773	-	46,924
Adiantamentos de clientes	3,616	-	-	3,616
Demais contas a pagar	10,773	-	-	10,773

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa referentes aos passivos já registrados, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial por empréstimos, fornecedores e outras obrigações. (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. (iii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.

**(d) Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros (consolidado)**

Descrição	Instituição financeira	Montante aplicado	CDI base referencial - %		Aumento de 10% sobre CDI		Redução de 10% sobre CDI	
			Referencial	%	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Debêntures	Itaú Unibanco	7.762	11,59	12,75	990	10,43	810	
Fundo de Renda Fixa	Itaú Unibanco	10.259	11,59	12,75	1.308	10,43	1.070	
Fundo de Investimento	Itaú Unibanco	145.281	11,59	12,75	18.523	10,43	15.153	
Fundo de Investimento	Banco do Brasil	3.784	11,59	12,75	482	10,43	395	
CDB	Itaú Unibanco	1.049	11,59	12,75	134	10,43	109	
CDB	HSCB	31	11,59	12,75	4	10,43	3	
CDB	Cruzeiro do Sul	7	11,59	12,75	1	10,43	1	
		<u>168.173</u>			<u>21.442</u>		<u>17.541</u>	
							<b>2010</b>	
Descrição	Instituição financeira	Montante aplicado	CDI base referencial - %	Aumento de 10% sobre CDI	Redução de 10% sobre CDI			
Debêntures	Itaú Unibanco	8.192	11,65	12,82	1.050	10,49	859	
Fundo de Renda Fixa	Itaú Unibanco	10.222	11,65	12,82	1.249	10,49	1.049	
Fundo de Investimento	Itaú Unibanco	146.461	11,65	12,82	18.776	10,49	15.364	
CDB	Santander	313	11,65	12,82	40	10,49	33	
CDB	Cruzeiro do Sul	6	11,65	12,82	1	10,49	1	
		<u>165.200</u>		<u>21.178</u>		<u>17.320</u>		

O Grupo estima que no cenário-base a taxa acumulada (ao ano) do CDI é de 11,59% (11,65% em 2010). O cenário I estima que a taxa acumulada do CDI terá um aumento de 10% e será de 12,75% (12,82% em 2010) e o cenário II estima que a taxa acumulada do CDI terá uma queda de 10% e será de 10,43% (10,49% em 2010). No cenário I o Grupo teria um ganho de R\$ 21.442 (R\$ 21.178 em 2010), enquanto no cenário II o ganho seria de apenas R\$ 17.541 (R\$ 17.330 em 2010).

**(e) Risco de seguros** - O quadro abaixo demonstra cenários de simulação no aumento da taxa de sinistralidade e o possível efeito na margem das empresas expostas a tal risco.

Assistência Especializada	Percentual Margem		Custo	Percentual Margem		Custo	Percentual Margem	
	2010	2011		2010	2011		2010	2011
Odontologia	263,462	183,876	69,8	30,2	202,286	76,8	23,2	165,506
Soluções em Saúde	71,154	35,776	50,1	49,9	39,354	55,1	44,9	32,198
Seguro Saúde	451,157	348,739	77,3	22,7	383,613	85,0	15,0	313,865
	<u>275,802</u>	<u>227,108</u>	<u>82,3</u>	<u>17,7</u>	<u>249,819</u>	<u>90,6</u>	<u>9,4</u>	<u>204,997</u>
	<u>1.061,875</u>	<u>796,519</u>			<u>875,072</u>			<u>715,966</u>

Assistência Especializada	Demonstrativo receita x custo 2010		Demonstrativo sinistralidade aumento de 10% sobre o custo		Demonstrativo sinistralidade redução de 10% sobre o custo		
	Receita (*)	Custo (*)	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	
Odontologia	224.592	144.515	64,3	35,7	158.966	29,2	130.065
Soluções em Saúde	92.719	39.539	42,6	57,4	43.493	46,9	53,1
Seguro Saúde	439.962	351.524	79,9	20,1	386.676	87,9	12,1
	<u>947.461</u>	<u>535.578</u>	<u>79,6</u>	<u>20,4</u>	<u>168.558</u>	<u>12,4</u>	<u>137.932</u>
	<u>949.734</u>	<u>688.836</u>			<u>757.719</u>		<u>619.954</u>

(\*) Valores identificados na nota de segmentos (Nota 30).

As atividades de seguros tiveram exposição para a Companhia principalmente no aumento de frequência. O segmento com o maior nível de exposição à severidade é o Seguro Saúde. A Companhia considera o custo com severidade alta um atendimento (ou seja, valor ímpar) ou indutor (durante 2011, os atendimentos que se enquadravam neste patamar somavam aproximadamente R\$ 6.207 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 3.000), sendo que o custo total do segmento é de R\$ 227.108 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 153.528). **4.2. Gestão de capital** - Os objetivos da Tempo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ídnea para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Tempo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. As controladas Gama Saúde, Odonto Empresas, PrevdoNet e Tempo Saúde devem atender às exigências de capital mínimas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde. Os esforços da Companhia devem sempre estar atentos a tais exigências. Adicionalmente, a Companhia busca concentrar seu caixa em investimentos de curto prazo pouco suscetíveis a oscilações, bem como não contratar empréstimos. **4.3. Estimativa do valor justo** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, esteja próxima aos valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC nº 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1) • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2), a inserção para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos da Tempo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011:

	Nível 1	Nível 2	Consolidado Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Debêntures		7.762	7.762
Fundo de renda fixa - NTN-F	10.259	-	10.259
Fundo de investimento	-	148.935	148.935
	<u>10.259</u>	<u>156.697</u>	<u>166.956</u>

A Companhia não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado nessa data-base.

	Nível 1	Nível 2	Consolidado Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Debêntures		8.192	8.192
Fundo de renda fixa - NTN-F	10.228	-	10.228
Fundo de investimento	-	146.461	146.461
	<u>10.228</u>	<u>154.653</u>	<u>164.881</u>

A Companhia não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado nessa data-base.

**2.8. Ativos intangíveis:** (a) **Ágio** - O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago em uma aquisição e o valor justo líquido líquido do patrimônio líquido líquido dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível". Se for apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment), sendo contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade intangível são reconhecidos no resultado líquido líquido. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de ágio. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se origina, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (b) **Relações contratuais com clientes** - As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. (c) **Ativos Intangíveis** - O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago em uma aquisição e o valor justo líquido líquido do patrimônio líquido líquido dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível". Se for apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment), sendo contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade intangível são reconhecidos no resultado líquido líquido. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de ágio. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se origina, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (b) **Relações contratuais com clientes** - As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. (c) **Ativos Intangíveis** - O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago em uma aquisição e o valor justo líquido líquido do patrimônio líquido líquido dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível". Se for apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment), sendo contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade intangível são reconhecidos no resultado líquido líquido. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de ágio. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se origina, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (b) **Relações contratuais com clientes** - As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. (c) **Ativos Intangíveis** - O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago em uma aquisição e o valor justo líquido líquido do patrimônio líquido líquido dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível". Se for apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment), sendo contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade intangível são reconhecidos no resultado líquido líquido. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de ágio. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se origina, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (b) **Relações contratuais com clientes** - As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. (c) **Ativos Intangíveis** - O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago em uma aquisição e o valor justo líquido líquido do patrimônio líquido líquido dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível". Se for apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment), sendo contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade intangível são reconhecidos no resultado líquido líquido. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de ágio. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se origina, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (b) **Relações contratuais com clientes** - As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. (c) **Ativos Intangíveis** - O ágio (goodwill) é representado pela



Cia. Aberta  
CNPJ 06.977.739/0001-34  
CVM nº 19917



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA: Abaixo seguem os instrumentos financeiros da Controladora em 31 de dezembro de 2011 e 2010 por categoria:

	Consolidado	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	2.443	-
Aplicações financeiras	167.086	168.173
Contas a receber	-	88.522
Repesses a receber	44.705	-
Outros ativos	8.599	-
	<u>145.356</u>	<u>312.442</u>
31 de dezembro de 2010		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	4.042	-
Aplicações financeiras	319	164.881
Contas a receber	-	77.115
Repesses a receber	47.706	-
Outros ativos	13.258	-
	<u>142.440</u>	<u>307.321</u>

Abaixo seguem os instrumentos financeiros do Consolidado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 por categoria:

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2011 (i)		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Provisão de sinistro a liquidar (Nota 13)	10.187	-
Repesses a pagar	38.702	-
Contratos de arrendamento mercantil	348	-
Empréstimos	7.248	-
Contas a pagar por aquisição de controlada	1.579	-
Adiantamentos de clientes	2.852	-
Demais contas a pagar circulante e não circulante	11.035	-
	<u>71.951</u>	
Em 31 de dezembro de 2010 (i)		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Provisão de sinistro a liquidar (Nota 13)	14.531	-
Repesses a pagar	38.245	-
Contratos de arrendamento mercantil	870	-
Contas a pagar por aquisição de controlada	46.924	-
Adiantamentos de clientes	3.616	-
Demais contas a pagar circulante e não circulante	10.073	-
	<u>114.259</u>	

(i) As categorias nessa divulgação são determinadas pelo IAS 39. A maior parte dos arrendamentos financeiros está fora do alcance do IAS 39, mas permanece dentro do alcance do IFRS 7. Portanto, os arrendamentos financeiros foram apresentados separadamente. (ii) Tais obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Instituição financeira	Remuneração (base referencial CDI) - %	Controladora		Consolidado	
			2011	2010	2011	2010
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>						
Debêntures	Itaú Unibanco	100 até 102,6	-	-	7.762	8.192
Fundo de renda fixa	-	-	-	-	-	-
- NTN - F	Itaú Unibanco	98,5 até 101,5	-	-	10.259	10.228
Fundo de investimento (*)	Itaú Unibanco	95,65 até 105	2.209	-	145.281	146.461
Fundo de investimento (*)	Banco do Brasil	102 até 105	-	-	3.784	-
			<u>2.209</u>	<u>-</u>	<u>167.086</u>	<u>164.881</u>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
CDB	Santander	99,50 até 104,00	-	-	-	313
CDB	Itaú Unibanco	95,65 até 105	-	-	1.049	-
CDB	HSBC	95,65 até 105	-	-	31	-
CDB	Cruzeiro do Sul	108	-	-	7	6
			-	-	<u>1.087</u>	<u>319</u>
Total de aplicações financeiras			<u>2.209</u>	<u>-</u>	<u>168.173</u>	<u>165.200</u>

\* Certificado de Depósito Bancário (CDB). \* Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). (\*) Fundos de investimento exclusivos, visto que não detemos mais de 50% das quotas nos fundos nos quais somos aplicamos. As debêntures têm vencimentos em 10 de setembro de 2012, mas podem ser resgatadas a qualquer momento.

10. INVESTIMENTOS / (PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO): (a) Informações em subsidiárias (controladora)

Em 31 de dezembro de 2011	Quantidade de ações ou cotas possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social / votante - %	Investimentos	Efeito reflexo de compra de ações em tesouraria por controladas	Saldo de investimentos líquidos de efeito reflexo de compra de ações em tesouraria por controladas	Resultado de equivalência patrimonial
Gama Saúde	1.341.092.005	100	77.306	-	77.306	14.155
CM-CRC	1.216.346.078	100	11.048	-	11.048	(4.651)
Odonto Empresas	9.248.163.901	100	22.091	-	22.091	(4.396)
Med-Lar	3.080.461.098	99	27.104	-	27.104	18.367
Prevdontto	22.057.432	100	16.918	-	16.918	10.396
Atori (*)	99.999.999	100	98.456	(19.789)	78.667	3.394
Efektiva	2.891.057	99,9	1.390	-	1.390	90
			<u>354.974</u>	<u>(20.700)</u>	<u>334.274</u>	<u>39.529</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>						
US\$	5.559.058	100	98.477	-	98.477	24.755
Gama Saúde	1.341.092.005	100	51.102	-	51.102	13.255
CM-CRC	1.216.346.078	100	15.699	-	15.699	2.812
Odonto Empresas	9.248.163.901	100	26.487	-	26.487	4.230
Med-Lar	3.080.461.098	99	8.737	-	8.737	3.118
Prevdontto	22.057.432	100	6.522	-	6.522	6.599
Atori (*)	99.999.999	100	111.601	(16.539)	95.062	11.601
Efektiva	2.891.057	99,9	1.310	-	1.310	(293)
			<u>319.935</u>	<u>(16.539)</u>	<u>303.396</u>	<u>66.072</u>

(\*) Companhia controladora da Tempo Saúde. Saldos apresentados consolidados.

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das controladas, todas as companhias de capital fechado, com também no total de seus ativos e passivos:

2011	Ativo	Passivo circulante e não circulante		Lucro (prejuízo) do exercício	Participação da Companhia no capital social / votante - %
		2011	2010		
US\$	147.185	47.435	-	2.184	
Gama Saúde	134.788	57.482	-	14.155	
CM-CRC	38.816	27.768	-	(4.651)	
Odonto Empresas	38.340	16.249	-	(4.396)	
Med-Lar	67.317	39.939	-	18.552	
Prevdontto	29.664	17.446	-	10.396	
Atori (*)	124.331	45.665	-	3.394	
Efektiva	1.726	336	-	80	
<b>2010</b>					
US\$	125.952	27.475	-	24.755	
Gama Saúde	102.565	51.463	-	13.255	
CM-CRC	39.777	24.078	-	(4.651)	
Odonto Empresas	52.844	26.357	-	4.230	
Med-Lar	45.620	36.795	-	3.184	
Prevdontto	28.255	21.733	-	6.599	
Atori (*)	194.064	99.002	-	11.601	
Efektiva	1.948	638	-	(293)	

(\*) Companhia controladora da Tempo Saúde. Saldos apresentados consolidados.

(c) Movimentação do saldo de investimentos em controladas diretas

Em 31 de dezembro de 2009	Odonto Empresas	Prevdontto	Med-Lar	Atori	Efektiva	CM-CRC	Gama Saúde	US\$	Total
Aumento de capital	-	-	3.870	100.000	24	-	-	-	103.894
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.729)	(14.700)	(16.429)
Efeito reflexo de compra de ações em tesouraria adquiridas por controladas	-	-	-	(16.539)	-	-	-	-	(16.539)
Equivalência patrimonial	4.230	6.599	3.113	11.601	(293)	2.812	13.255	24.755	66.072
Em 31 de dezembro de 2010	26.487	6.522	8.737	95.062	1.310	15.699	51.102	98.477	303.396
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão do efeito reflexo de compras de ações em tesouraria adquiridas por controladas (i)	-	-	-	-	-	-	-	19.461	19.461
Redução de capital (i)	-	-	-	-	-	-	-	(19.461)	(19.461)
Dividendos provisionados	-	-	-	-	-	-	(4.351)	(911)	(4.351)
Efeito reflexo de compra de ações em tesouraria adquiridas por controladas	-	-	-	(19.789)	-	-	-	(911)	(20.700)
Equivalência patrimonial	(4.396)	10.396	18.367	3.394	80	(4.651)	14.155	(ii)	2.184
Em 31 de dezembro de 2011	22.091	16.918	27.104	78.667	1.390	11.048	77.306	99.750	334.274

(i) Considerando a efetivação da redução de capital social da controlada USS em 26 de janeiro de 2011, a Companhia ratificou o cancelamento das ações em tesouraria no montante de 6.812.481 ações (R\$ 19.461) anteriormente detidas por essa controlada por meio de Ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2011. (ii) Líquido de perda por variação em participação de coligada.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO): (a) Composição e movimentação dos saldos

Em 31 de dezembro de 2010	Softwares	Contratos de exclusividade	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Custos diferidos com aquisição de contratos de seguros	Ágios pagos em aquisições	Outros	Total
Aquisições	7.437	-	-	27.650	-	13.505	140	48.732
Amortização	(4.830)	(4.695)	-	(2.074)	-	-	-	(11.599)
Saldo contábil, líquido	<u>16.748</u>	<u>19.028</u>	<u>174</u>	<u>25.576</u>	<u>-</u>	<u>36.737</u>	<u>140</u>	<u>98.403</u>
Em 31 de dezembro de 2010								
Custo total	34.596	29.071	349	27.650	-	220.377	1.018	313.061
Depreciação e impairment acumulados	(17.848)	(10.043)	(175)	(2.074)	-	(183.640)	(878)	(214.658)
Saldo contábil, líquido	<u>16.748</u>	<u>19.028</u>	<u>174</u>	<u>25.576</u>	<u>-</u>	<u>36.737</u>	<u>140</u>	<u>98.403</u>
Em 31 de dezembro de 2011								
Saldo inicial	16.748	19.028	174	25.576	-	36.737	140	98.403
Aquisições	5.225	-	-	3.101	2.039	-	-	10.365
Amortização	(5.351)	(4.694)	-	(3.613)	(512)	-	(140)	(14.310)
Saldo contábil, líquido	<u>16.622</u>	<u>14.334</u>	<u>174</u>	<u>25.064</u>	<u>1.527</u>	<u>36.737</u>	<u>140</u>	<u>94.458</u>
Em 31 de dezembro de 2011								
Custo total	39.821	29.071	349	30.751	2.039	220.377	1.018	323.426
Depreciação e impairment acumulados	(23.199)	(14.737)	(175)	(5.687)	(512)	(183.640)	(1.018)	(228.968)
Saldo contábil, líquido	<u>16.622</u>	<u>14.334</u>	<u>174</u>	<u>25.064</u>	<u>1.527</u>	<u>36.737</u>	<u>140</u>	<u>94.458</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	16	-	10	33	-	10	-

(b) Ágios pagos em aquisições

Saldo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010	UGC Odontológico		UGC Soluções em Saúde		UGC Seguro Saúde		Total
	OE	Prevdontto	Med-Lar	Tempo Saúde	Tempo Saúde	Tempo Saúde	
Custo	110.961	46.910	35.196	-	13.505	-	206.572
Amortização acumulada	(104.686)	(33.985)	(31.164)	-	-	-	(169.835)
Saldo contábil, líquido	<u>6.275</u>	<u>12.925</u>	<u>4.032</u>	<u>-</u>	<u>13.505</u>	<u>-</u>	<u>36.737</u>

Não houve movimentações no saldo da conta de ágios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Testes do ágio para verificação de impairment - O ágio está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do negócio, baseado em estudos de viabilidade e laudos de avaliação. Para as empresas controladas pela Tempo Participações S.A. foi realizada análise de recuperabilidade (teste de impairment) dos ágios, sem identificar necessidade de reconhecer perdas por impairment em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Para fins do teste de impairment, os ágios foram alocados às suas correspondentes UGCs que são formadas pelas empresas inseridas em cada um dos segmentos de negócios em que a Tempo atua, a mencionar: • UGC Odonto - corresponde às empresas Prevdontto e Odonto Empresas, ambas operadoras de planos odontológicos. O ágio registrado nessas empresas é testado no âmbito da UGC uma vez que a Companhia tem planos de conduzir uma reorganização societária a fim de consolidar suas operações em apenas uma operadora. Tal plano é evidenciado pela concentração do crescimento dessa UGC em apenas uma das operadoras mencionadas; • UGC Soluções em Saúde - compreende a empresa Med-Lar, única empresa dentro das operações de homecare; • UGC Seguradora - compreende a Tempo Saúde, única empresa no segmento responsável pelas operações. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o exercício de 2012. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores a esse exercício foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 são as que seguem:

	Odonto	Soluções em Saúde	Seguro Saúde
Margem bruta (i)	49,9	31,7	17,6
Taxa de crescimento (ii)	20	10	10
Taxa de desconto (iii)	13	13	13

(i) Margem bruta orçada. (ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado. (iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

12. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO): Composição e movimentação dos saldos

Em 31 de dezembro de 2010	Equipamentos de informática		Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benefiteiros em imóveis de terceiros	Equipamentos de telefonia	Outros	Total
	utilitários	utilitários							
Saldo inicial	4.938	1.241	575	3	148	2.061	1.461	4	10.431
Aquisições	2.139	137	152	-	358	1.152	-	-	3.938
Depreciação / exaustão / amortização	(2.125)	(219							



Cia. Aberta  
CNPJ 06.977.739/0001-34  
CVM nº 19917



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação...)

**(b) Compras de serviços**

Serviços odontológicos	446	-
USS	263	-
CRC	124	-
Tempo	23	-
Gama Saúde	18	-
Med-Lar	14	-
Multicare	3	-
Tempo Saúde	1	-
Serviços de back-office	12.600	5.400
Tempo Saúde	12.600	5.400
Serviços de home-care	9.355	-
Gama Saúde	6.674	-
Tempo Saúde	2.681	-
Serviços de plano de saúde	10.281	2.113
Multicare	5.483	-
USS	2.649	2.113
CRC	739	-
Tempo	415	-
Med-Lar	323	-
Gama Saúde	308	-
Odonto Empresa	257	-
Tempo Saúde	74	-
Prevdocto	33	-
Serviços de assistência	161	-
USS	147	-
Tempo	14	-
	<u>32.843</u>	<u>7.513</u>

**(c) Remuneração do pessoal-chave da administração** - O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

Salários e outros benefícios de curto prazo	2011	2010
Premio acumulado de opções de ações, líquida	2.469	(380)
	<u>6.650</u>	<u>4.191</u>

**21.2. Controladora** - As transações com controladas abaixo ocorreram durante o ano:

Dividendos recebidos	2011	2010
Dividendos a receber	4.351	16.429

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

	2011	2010
Ativo não circulante		
Med-Lar	523	297
Odonto Empresa	1.624	366
Atori	2.648	1.315
Gama Saúde	593	825
USS	4.876	1.861
Connectmed - CRC	10.554	5.823
	<u>20.818</u>	<u>10.487</u>
Passivo circulante		
Atori	2.099	-
Odonto Empresa	4.191	3.171
Gama Saúde	4	31
USS	27.812	5.940
Efectiva	-	5
Connectmed - CRC	16.363	16.005
Med-Lar	3.078	84
	<u>51.449</u>	<u>25.236</u>

**22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** (a) Composição dos tributos diferidos ativos (consolidado) - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda, 15% de contribuição social para Tempo Seguradora e de 9% do mesmo imposto para as demais empresas da Companhia. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa da Administração é que os ativos diferidos serão recuperados a partir de 2013. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, podem ser assim demonstrados:

	2011	2010
Prejuízo fiscal de imposto de renda	12.559	5.613
Base negativa de contribuição social	4.523	2.021
Diferenças temporárias	18.068	6.609
Crédito fiscal (*)	725	9.430
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>35.875</u>	<u>23.673</u>

(\*) Decorre da diferença entre o saldo contábil e a base fiscal do ágio decorrente da aquisição da USS. As práticas contábeis requerem considerar as diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo e sua base contábil. Ágio resultante de transação de reestruturação societária feita em 2007, que para fins fiscais a Administração concluiu, com apoio de seus consultores jurídicos, que o ágio atende a legislação vigente e que a sua amortização é dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Amortização crédito fiscal decorrente de reorganização societária no grupo "imposto de renda e contribuição social". Foi integralmente contabilizado como impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o imposto de renda sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social das controladas Gama Saúde, Med-Lar, Tempo Saúde e USS, uma vez que a Administração possui estudos que suportam a recuperação desses valores, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, bem como lucro tributável em 3 dos últimos cinco anos. As controladas CRC e USS apresentam impostos diferidos constituídos em 31 de dezembro de 2011 nos montantes de R\$ 3.799 e R\$ 12.164, respectivamente, e embora não apresentem histórico de rentabilidade, ou seja, apresentem prejuízo fiscal em 3 dos últimos 5 anos, possuem expectativas de geração de lucro futuro que sustenta a manutenção desses ativos. Tais expectativas são derivadas das seguintes ações: (a) Para a controlada CRC as ações já foram concluídas no início de 2012 e terão impactos em seus resultados a partir de sua implantação, destacando-se: renegociação do contrato com importante cliente corporativo, contrato de BackOffice firmado com a Caixa Seguradora Saúde S.A. e contrato firmado com a Universidade de São Paulo. (b) Para a controlada USS ocorrerá a exclusão permanente relacionada ao fim da amortização do ágio constituído nessa controlada (R\$ 8.706 em 2011 e R\$ 725 em 2012). Adicionalmente, o departamento de vendas apresentou novos contratos fechados ao final de 2011, a exemplo do contrato com a Caixa Seguros S.A. e a General Motors, que garantem um incremento importante no resultado da Companhia. Com base nestes fatores há expectativa de lucros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não foi contabilizado nenhum imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da Tempo das controladas Odonto Empresas e Prevdocto no montante aproximado de R\$ 27.568 e R\$ 58.436, respectivamente, uma vez que é incerta a sua recuperação no futuro. (b) **Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia, apurados com base nas alíquotas regulares vigentes de 34%, diferem da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro, a reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.142	28.565	34.294	56.956
Alíquota vigente - %	34	34	34	34
Despesa calculada conforme alíquota nominal	(10.928)	(9.712)	(11.660)	(19.365)
Itens de reconciliação entre alíquotas nominal vigente e efetiva				
Resultado da equivalência patrimonial	13.439	22.464	(674)	(469)
Ágio - provisão para ajuste ao valor recuperável	-	-	-	-
Amortização fiscal do ágio	-	-	7.523	7.523
Provisões, com natureza de despesas temporariamente indedutíveis, porém sem ativo diferido constituído, por incertezas quanto sua realização futura	-	(882)	9.819	2.299
Prejuízos fiscais e bases negativas, não constituídos na forma de impostos diferidos, por incertezas quanto sua realização futura	(2.711)	(11.868)	(11.542)	(19.073)
Outras adições/exclusões permanentes	200	(2)	4.382	694
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.152)</u>	<u>(28.391)</u>

**(c) Despesa do imposto de renda e da contribuição social (consolidado)**

	2011	2010	2011	2010
Imposto corrente	-	-	8.870	14.341
Imposto diferido	-	-	(6.718)	14.050
Despesa de imposto de renda	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.152</u>	<u>28.391</u>

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Companhia de R\$ 534.463 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 534.067) está representado por 156.401.054 (31 de dezembro de 2010 - 163.098.092) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue a mutação do número de ações para os exercícios findos em 31 de dezembro:

	Ordinárias
Saldo em 31 de dezembro de 2009	163.329.962
Cancelamento de ações	(231.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	163.098.092
Cancelamento de ações	(6.812.481)
Aumento de capital	115.443
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>156.401.054</u>

Em 19 de outubro de 2011, mediante a emissão privada de 115.443 ações a Companhia aumento o capital social em R\$ 396. O capital autorizado da Companhia é de R\$ 2.000.000, com emissão de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

**Ações em tesouraria** - A reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2011 aprovou o inciso 3º Programa de Recompra de ações da Companhia até o limite de 8.796.102 ações, mediante a utilização de recursos consignados em reservas de capital da Companhia ou de suas controladas. Considerando a efetivação da redução de capital social da controlada USS em 26 de janeiro de 2011, a Companhia ratificou o cancelamento das ações em tesouraria no montante de 6.812.481 ações (R\$ 19.461) anteriormente detidas por essa controlada por meio de Ata de reunião

do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada Tempo Saúde, adquiriu 5.852.000 em ações da Companhia pelo montante de R\$ 19.789; adicionalmente a controlada USS adquiriu 248.800 ações de emissão da Companhia pelo montante de R\$ 911, em ambos casos referentes ao 3º Programa de Recompra de Ações. Em decorrência dessas transações vinculadas com o 3º Programa de Recompra de Ações, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuem 12.933.258 ações de emissão do capital da Tempo (31 de dezembro de 2010 - 13.763.569 ações), classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas com o montante de "Ações em tesouraria".

**(b) Plano de opção de lucro líquido do exercício** - O Conselho de Administração poderá fixar o montante dos juros a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, observadas as disposições legais pertinentes. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios. Com base no lucro líquido apurado na demonstração de resultados do exercício social serão elaboradas as propostas da destinação a lhes serem dadas, aplicando-se compulsoriamente: (i) 5% na constituição da reserva legal, até o montante estabelecido na legislação em vigor; (ii) dividendo mínimo obrigatório: 25% do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i); (iii) o saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções de que tratam os itens anteriores, será destinado à reserva especial de expansão, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos negócios.

**(c) Plano de opção de compra de ações** - Conforme Assembleia de Acionistas foi aprovado em 2007 o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano"). A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra de ações em favor de: (i) seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas ou (ii) pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e suas controladas. A opção será exercida em cinco lotes anuais, contados a partir da data de outorga, mediante simples aviso à Companhia, nas datas para exercício definidas no Plano. Na hipótese de exercício parcial ou não exercício da opção relacionada a determinado lote anual na data para exercício, o beneficiário poderá exercer tal direito pelo prazo de dez anos, contados da data de exercício do respectivo lote anual. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção relacionada a tal lote anual, sem direito à indenização. O preço de exercício será atualizado até a data do pagamento, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M-FGV) e acrescido de juros de 6% ao ano sobre o valor corrigido. O preço do exercício deverá ser reduzido no montante de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outras devoluções de capital por ação realizadas pela Companhia, desde a data de início do período de *vesting* e até a data em que ocorrer o exercício da opção. O período de *vesting* é de cinco anos, contados a partir da data em que a opção é concedida ao empregado, sendo que 20% do lote de opções é adquirido por ano. O beneficiário deverá, obrigatoriamente, destinar 50% do bônus anual recebido da Companhia, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, para adquirir as ações decorrentes dos lotes anuais cujos prazos de carência já tenham decorrido. Caso não utilize, o beneficiário perderá tais opções adquiridas naquele ano e receberá 50% do seu bônus anual em três parcelas anuais corrigidas pelo CDI. O beneficiário somente poderá vender suas ações após decorrido um ano a contar do exercício das opções. O Conselho de Administração da Companhia poderá autorizar a venda de ações em período inferior, de forma a que o beneficiário possa obter recursos para exercer opções já adquiridas, por solicitação do beneficiário. Em 28 de abril de 2011, a Tempo aprovou através de Assembleia Geral Ordinária um novo plano de opção de compra de ações para funcionários e administradores da Companhia. O atual plano prevê que a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 14% do total de ações do capital social da Companhia em 29 de abril de 2011, excluindo-se as ações em tesouraria e considerando o efeito da diluição dessa outorga bem como das outorgas concedidas no âmbito do primeiro plano de opção. Além disso, o novo plano altera a forma com que o preço de exercício das opções é atualizado, o qual passa a ser corrigido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acrescido de uma atualização de 3% ao ano. A atualização financeira do preço de exercício das opções tem como base a data de 15 de janeiro de 2007 e o valor de R\$ 2,34 por ação. As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados no exercício estão apresentados a seguir:

	2011	2010
Em aberto no início do exercício	14.254.422	3,50
Outorgadas durante o exercício	4.050.091	3,64
Perdidas durante o exercício	(3.832.977)	3,68
Exercidas durante o exercício	(166.057)	3,61
Em aberto no final do exercício	14.305.479	3,74

Em janeiro de 2011 o montante de 3.113.306 ações outorgadas porém não exercidas foram baixadas devido à saída de executivos da Companhia. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio da ação de R\$ 4,08 (2010 - R\$ 4,68) na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade média de 39,94% (2010 - 41,43%), uma vida esperada da opção correspondente a dez anos e uma média de taxa de juros anual sem risco de 12,45% (2010 - 6,92%). A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística dos preços diários das ações com janela temporal proporcional ao tempo de vida de cada plano.

**24. LUCRO POR AÇÃO:** (a) **Básico** - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 21(a)(ii)).

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia (*)	32.142	28.565
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	156.401.054	161.187.493
Lucro básico por ação	0,21	0,18

(\*) Não existem acionistas não controladores.

**(b) Diluído** - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações

**30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO:** A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração que efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva de produto comercializado. As informações por segmento de negócios são as seguintes:

	Soluções em saúde	Odontologia	Seguro saúde	Assistência especializada	Corporativo/eliminações	Total
Receita total do segmento	451.157	71.454	275.802	263.462	(30.257)	1.031.618
Custo dos serviços prestados	(348.739)	(35.776)	(227.108)	(183.896)	9.502	(786.017)
Sinistralidade - %	77	50	82	70	31	-
Lucro bruto	102.418	35.678	48.694	79.566	(20.755)	245.601
Resultado operacional	19.017	4.457	1.488	6.922	(7.319)	24.566
Contas a receber/repasses	79.599	5.908	9.112	38.711	-	133.227
Total do ativo	242.646	69.604	260.793	148.218	(176.269)	544.992
Provisões técnicas	-	7.594	28.543	-	-	36.137
Total do passivo	126.655	30.595	55.805	47.491	(25.021)	235.525

Em 31 de dezembro de 2010, as informações por segmentos de negócios são as seguintes:

	Soluções em saúde	Odontologia	Seguro saúde	Assistência especializada	Corporativo/eliminações	Total
Receita total do segmento	439.962	92.719	192.461	224.592	(5.400)	944.334
Custo dos serviços prestados	(351.524)	(39.539)	(153.258)	(144.515)	-	(688.836)
Sinistralidade - %	80	43	80	64	-	-
Lucro bruto	83.038	53.180	39.203	80.077	-	255.498
Resultado operacional	24.203	11.943	10.067	35.134	(38.924)	42.423
Contas a receber/repasses	77.025	8.969	8.022	30.805	-	124.821
Total do ativo	169.190	81.098	210.602	145.373	(54.808)	572.175
Provisões técnicas	-	8.750	24.788	-	-	33.538
Total do passivo	112.972	48.090	99.002	27.475	(10.524)	277.015

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo. Os valores fornecidos à Diretoria-Executiva com relação ao total do passivo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses passivos são alocados com base nas operações do segmento. Os passivos que incluem apropriação de juros não são considerados passivos do segmento por serem administrados pela Tesouraria Central. Os passivos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do passivo.

**31. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS: (a) Tempo Saúde** - Em 1º de abril de 2010, a Tempo adquiriu 100% do capital social do Unibanco Saúde Seguradora S.A. (atual Tempo Saúde) por R\$ 100.000. Como resultado da aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala. A referida operação foi contabilizada inicialmente em 1º de abril de 2010 e de acordo com o item 45 da norma IFRS 3R (*Business Combinations*), que trata sobre operações de combinações de negócios, a Companhia iniciou estudos e mensurações necessários para a adequada contabilização e registro da operação, com base nos requerimentos da referida norma internacional (IFRS 3). O período de mensuração para o completo reconhecimento contábil da transação é de um ano a contar da data de aquisição e poderá considerar, inclusive, novas informações sobre fatos e circunstâncias existentes na aquisição que podem afetar o adequado registro contábil. O período de mensuração se encerrará assim que a Companhia receber as informações necessárias sobre os fatos e circunstâncias existentes na data da transação, ou quando determinar que não é mais possível obter informações adicionais, respeitado o período máximo acima mencionado. Nesse contexto, o ágio preliminar de R\$ 13.505 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de clientes e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Companhia. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para o Grupo Itaú Unibanco e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição. Contraprestação:

Em 1º de abril de 2010	
Caixa	55.000
Contraprestação contingente (*)	45.000
Total da contraprestação	<u>100.000</u>
Custos relacionados com aquisição (incluído em despesas administrativas na demonstração consolidada do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010)	-
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	64.578
Ativo imobilizado	16
Relacionamento contratual com o cliente (incluído em intangíveis)	27.650
Duplicatas a receber e outros créditos	35.788
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(16.057)
Outros passivos	(23.219)
Passivo contingente	(2.281)
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>86.955</u>
Ágio	13.505
	<u>100.000</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2010 encontra-se registrado no ativo circulante o saldo de R\$ 48.088 na rubrica "Créditos vinculados com aquisição de controlada", montante esse composto por CDB adquirido do Itaú-Unibanco em atendimento ao contrato de compra e venda entre Atori e Grupo Itaú-Unibanco

ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2011	2010
Lucro		
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	32.142	28.565
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	32.142	28.565
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o		
Lucro diluído por ação (milhares)	144.911.717	176.108.523
Lucro diluído por ação	0,22	0,16

**25. RECEITA DOS SERVIÇOS / CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS**  
A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Reembolso		
Despesas de gestão de planos de assistência médica	304.079	295.293
Despesas dos serviços de assistência especializada	10.538	8.657
Serviços prestados de assistência especializada	281.707	243.239
Receita com a administração de planos de saúde	55.663	65.199
Premios de seguro saúde	278.456	195.071
Contraprestações líquidas com gestão de planos de assistência odontológica	68.241	91.242
Receita com serviços de atendimento domiciliar e crônicos	80.702	85.128
Variação da provisão de risco com planos de assistência odontológica	-	-
Impostos sobre os serviços prestados	(47.768)	(43.980)
Receita líquida	<u>1.031.618</u>	<u>944.334</u>

**26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS / EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS**  
A reconciliação abertura do custo é como segue:

	2011	2010
Repasso		
Despesas de gestão de planos de assistência médica	(275.169)	(288.596)
Despesas dos serviços de assistência especializada	(10.538)	(8.657)
Custo dos serviços prestados de assistência especializada	(204.549)	(151.754)
Créditos de PIS e COFINS com serviços prestados de assistência especializada	25.157	21.550
Eventos indenizáveis com planos de assistência odontológica	(38.696)	(40.652)
Sinistros avisados (seguro saúde)	(217.199)	(154.836)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados com planos de assistência odontológica	(6.813)	2.691
Despesas operacionais com vendas, gerais e administrativas	(58.209)	(68.582)
Custo dos serviços com atendimento domiciliar e crônicos	<u>(786.017)</u>	<u>(688.836)</u>

**27. DESPESAS POR NATUREZA**

	2011	2010	2011	2010